

# Perguntas e Respostas - Progressão e Promoção Funcional Carreira Tributária e Aduaneira

## 1. Qual a legislação que regulamenta a progressão e promoção funcional da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil?

- Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;
- Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018;
- Portaria RFB nº 824, de 6 de junho de 2018.

## 2. Qual a diferença entre progressão e promoção funcional?

- Progressão -> passagem do servidor ocupante de cargo efetivo para o padrão de vencimento imediatamente superior, dentro de uma mesma classe;
- Promoção -> passagem do servidor ocupante de cargo efetivo do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

### CLASSE    PADRÃO

	III
ESPECIAL II	I
	III
PRIMEIRA II	I
	III
SEGUNDA II	I

## 3. Quais os requisitos para progressão funcional?

- Cumprir o interstício de 12 meses de efetivo exercício em cada padrão;
- Atingir resultado igual ou superior a 80% do limite máximo da pontuação da avaliação de desempenho individual.

## 4. Quais os requisitos para promoção funcional da segunda para a primeira classe?

- Cumprir o interstício de 12 meses de efetivo exercício no Padrão III da segunda Classe;

- Atingir resultado igual ou superior a 80% do limite máximo da pontuação da avaliação de desempenho individual realizada no interstício considerado para promoção;
- Participação em ações de capacitação que totalizem 180 horas-aula para o cargo de Analista-Tributário e de 240 horas para Auditor-Fiscal realizados durante a permanência na segunda classe;
- Comprovação de experiência profissional através do Plano de desenvolvimento individual (PDI);
- Comprovação de experiência acadêmica através de produção acadêmica atestada pela chefia OU autoria ou coautoria em artigos publicados em revistas especializadas, jornais científicos e periódicos e de trabalhos publicados em anais de congressos OU participação como instrutor em cursos de formação para ingresso na carreira ou em cursos técnicos ofertados pelo Proeduc.

## **5. Quais os requisitos para promoção da primeira classe para a classe especial?**

- Cumprir o interstício de 12 meses de efetivo exercício no Padrão III da primeira classe;
- Atingir resultado igual ou superior a oitenta por cento do limite máximo da pontuação da avaliação de desempenho individual realizada no interstício considerado para promoção;
- Curso de especialização com carga horária de no mínimo 360 horas-aula, realizado durante a permanência na primeira classe;
- Comprovação de experiência profissional através do Plano de desenvolvimento individual (PDI);
- Comprovação de experiência acadêmica através de produção acadêmica atestada pela chefia OU autoria ou coautoria em artigos publicados em revistas especializadas, jornais científicos e periódicos e de trabalhos publicados em anais de congressos OU participação como instrutor em cursos de formação para ingresso na carreira ou em cursos técnicos ofertados pelo Proeduc.

## **6. Qual período compreende o ciclo de avaliação individual na RFB?**

Os ciclos avaliativos na RFB são anuais e terão início no dia 1º de agosto de cada ano e conclusão no dia 31 de julho do ano seguinte. Com exceção do primeiro ciclo avaliativo que terá início em 1º de julho de 2018 e conclusão no dia 31 de julho de 2018.

## **7. A que se referem as progressões e promoções funcionais concedidas nas Portarias publicadas no Boletim de Serviço da RFB em junho de 2018?**

As referidas portarias referem-se à aplicação do artigo 15 do Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018, que autoriza a utilização da última avaliação de desempenho efetuada no órgão para as avaliações do exercício de 2017. Neste sentido foram contemplados nas portarias os servidores que atingiram 80% nas avaliações realizadas em 2017 e completaram o interstício de 12 meses no padrão em que se encontravam até os meses de setembro/17 ou março/18. Além disso, foi observado o disposto no artigo 13 do Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018.

**8. Quem está dispensado de comprovar a realização de especialização?**

Os servidores que se encontram nos padrões I, II e III da primeira classe na data de 07 de junho de 2018, início da vigência da Portaria RFB n/ 824/2018. Considerando inclusive as promoções decorrentes do ajuste retroativo a setembro/17 e março/18.

**9. Em que consiste o Plano de Desenvolvimento Individual?**

O plano de trabalho, constante do artigo 15 do Decreto nº 9.366/18, denomina-se na RFB de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) sendo um documento a ser elaborado na primeira etapa do processo de gestão de desempenho, que consiste no planejamento e na pactuação, entre o servidor e a chefia imediata, dos padrões de desempenho desejáveis. Antes de pactuar o desempenho deve haver um diálogo entre chefia e servidor com a inserção do trabalho do servidor dentro do Mapa Estratégico, Cadeia Valor e competências individuais a serem mobilizadas. Os padrões de desempenho incluem metas e/ou compromissos e as ações a serem desenvolvidas pelo servidor, de forma convergente com os resultados esperados da unidade. Devem ser estabelecidos ainda as condições e/ou recursos necessários para a execução do PDI, e as ações necessárias ao desenvolvimento do servidor.

**10. O PDI é obrigatório? Há um modelo a ser utilizado?**

Sim, a elaboração do PDI é obrigatória para os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira que estejam em processo de progressão e promoção funcional. Ele embasa as avaliações de cada ciclo avaliativo e é o instrumento de comprovação da experiência profissional para as promoções. A Portaria RFB que regulamentará cada ciclo avaliativo trará os prazos, modelo e forma de entrega do PDI do ciclo.

**11. É possível utilizar o PDI como ferramenta de gestão com os demais servidores?**

Sim, o PDI também estará disponível para utilização pelos servidores que já estão no último padrão da Carreira Tributária e Aduaneira e todos os servidores das demais carreiras em exercício na RFB. Neste caso sua utilização não é obrigatória, mas recomendada como ferramenta de gestão na qual os servidores poderão trabalhar com maior autonomia e alinhando seu trabalho e suas necessidades de desenvolvimento.

**12. Quais cursos de aperfeiçoamento serão considerados para a promoção da segunda para a primeira classe?**

Serão considerados todos os cursos ofertados pelo Programa de Educação Corporativa que possibilitem o desenvolvimento de competências individuais, inclusive aqueles ofertados no PFP. A RFB poderá também reconhecer cursos realizados por iniciativa do servidor (não realizados por intermédio do Proeduc), desde que vinculados às competências individuais. Neste caso o servidor deverá apresentar certificado de conclusão da ação para o devido registro no currículo do servidor na RFB.

**13. Como posso consultar se já cumpro a carga horária de capacitação exigida pelo Decreto nº 9.366/18?**

Vale lembrar que a carga horária exigida em cursos de aperfeiçoamento será exigida na promoção da Segunda para a Primeira Classe. Os servidores nesta condição já participaram do Programa de Formação Profissional, cuja carga horária obrigatória atende os requisitos mínimos do Decreto.

Já está disponível no SA3/ Dossiê do Servidor / Eventos de Capacitação os cursos de capacitação realizados desde 2007 e respectiva carga horária.

**14. Os cursos realizados durante o Programa de Formação Profissional (PFP) podem ser utilizados para compor a carga horária de capacitação necessária para a promoção da segunda para a primeira classe?**

Sim, todos os eventos de capacitação realizados no cargo no âmbito do Proeduc podem ser contabilizados.

**15. O Decreto nº 9.366/18 define que a especialização deve ter conteúdo compatível com as atribuições do cargo. O curso deverá ser relativo área tributária e aduaneira?**

Os cursos de especialização poderão ter conteúdo mais amplo que aqueles afetos às áreas tributária e aduaneira, pois a Portaria 824/28 prevê que os mesmos devem ser compatíveis com as competências individuais da RFB. As competências individuais se classificam, por sua vez, em específicas (vinculadas a todos os macroprocessos) , fundamentais (comportamentais) e gerenciais (inerentes às funções de gerência).

**16. Como posso verificar se o curso que pretendo fazer é compatível com as competências individuais da RFB?**

O servidor pode consultar o inventário de competências disponível na intranet da RFB. Ressalta-se que todos os cursos ofertados pelo Programa de Educação Corporativa são vinculados às competências individuais da RFB. Caso ainda persista a dúvida, consulte o representante de capacitação de sua unidade.

**17. Como será realizada a comprovação profissional para promoção?**

A comprovação será realizada através do PDI, sendo que o modelo e forma de entrega estarão definidos na Portaria RFB que regulamenta cada ciclo avaliativo.

**18. O que preciso entregar para comprovar a experiência acadêmica?**

A comprovação poderá ser feita por meio de um dos três elementos abaixo:

- a) Produção acadêmica atestada pela chefia OU
- b) Autoria ou coautoria em artigos publicados em revistas especializadas, jornais científicos e periódicos e de trabalhos publicados em anais de congressos OU
- c) Participação como instrutor em cursos de formação para ingresso na carreira ou em cursos técnicos ofertados pelo Proeduc.

Obs: os itens constantes das letras a e b podem ter sido produzidos em qualquer data, mesmo anterior ao ingresso no cargo, desde que tenham conteúdo compatível com as competências individuais da RFB.

**19. A chefia imediata terá que avaliar o conteúdo da produção acadêmica?**

Não, o ateste da chefia será apenas referente à entrega do material.

**20. Como será realizada a entrega da produção acadêmica?**

Os prazos e formas de entrega serão definidos na Portaria RFB que regulamenta cada ciclo.

**21. Preciso comprovar a participação como instrutor da RFB?**

Não, pois todos os servidores que atuaram como instrutor a partir de 2012 estão cadastrados nos sistemas da RFB. A Cogep instituirá no SA3 o Banco de Instrutores onde será possível consultar essas informações.

**22. Os servidores em estágio probatório poderão participar dos processos de progressão e promoção funcional?**

Aos servidores que ingressaram na RFB antes da publicação do Decreto nº 9.366/18 e que já progrediram funcionalmente é garantido o direito à continuidade das progressões e promoções, estando incluídas as progressões e promoções ocorridas em decorrência do ajuste referente ao ano de 2017.